

# Movimento sindical se une na luta pela igualdade da mulher



A mulher no mercado de trabalho, direitos de equidade salarial e de oportunidades na cidade e no campo marcou o Seminário Mulheres Unidas pela Promoção da Igualdade, realizado nos dias 27 e 28 de maio, pela União Geral dos Trabalhadores (UGT) e mais quatro centrais sindicais (CGTB, CTB, Força e Nova Central). Lideranças sindicais e governistas também discutiram a importância da constitucionalidade da Lei Maria da Penha, soluções para que se aprovelem os Projetos de Lei da Igualdade (PLs 4857-A/2009 e 6653/2009) e a importância na luta da unidade como instrumentos na conquista dos direitos da categoria.

Em discurso de abertura, o presidente nacional da UGT, Ricardo Patah, a partir de dados do IBGE que aponta a população brasileira com 4 milhões a mais de mulheres que homens, frisou que algumas reflexões precisam ser feitas e medidas serem tomadas, para que se acabe com as atrocidades e diferenças.

A mesa contou com a presença de Cássia Bufelli, coordenadora do Coletivo de Gêneros da UGT, que representou a Secretaria da Mulher junto às demais centrais. Cássia falou da importância de se fazer pressão no Congresso, ressaltou a importância da ratificação da Convenção 156 e que o PL da Igualdade é questão de honra para o movimento sindical.

Maria Angélica, representando a ministra-chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), Iriny Lopes, estendeu o convite às centrais para que a partir do que foi levantado no Seminário, seja realizado o encontro com a ministra. Também presentes, Ana Martins (dirigente do PCdoB), da União Brasileira de Mulheres (UBM), que falou da importância histórica do encontro; Glaucia Morelli, presidente da CMB (Confederação das Mulheres do Brasil) e Arlene Sabóia, representando a companheira Aparecida Malavazi, da Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora da CGTB; entre outras representantes.

Para dar andamento na aprovação do Projeto de Lei, Maria Angélica explicou que a ministra tem como objetivo efetivar mais autonomia e crescimento da mulher através de melhores salários, ampliação de direitos, creches 24 horas, a extensão da licença-maternidade para 180 dias também às trabalhadoras de empresas privadas, assim como as discussões em torno das trabalhadoras domésticas, cujo índice de apenas 26,5% de registros em carteiras ainda reflete o desprezo pela categoria.

O Dieese também esteve presente, na figura de Clemente Ganz, que divulgou o lançamento, marcado para julho, do Anuário sobre a Mulher no Brasil, trabalho desenvolvido pelo do órgão com a Secretaria da Mulher, e convidou as centrais a estarem presentes. E Márcio Pochmann, do Ipea, traçou um panorama da conjuntura de expansão e as mudanças no cenário na história do trabalho e da mulher, como marco de regressão. Entre os pontos levantados estão a mulher cuidadora e o homem caçador. Com a transformação do trabalho capitalista, houve um interesse pela emancipação feminina no mercado de trabalho e a relação foi expandindo para a desigualdade. E a mulher do século 21 faz parte desse cenário, de um Brasil da

desindustrialização comparado ao Brasil potência industrial do século passado, mudança que reflete na postura e luta do período. Um País modificado demograficamente, cuja mulher tem tido menos filho para correr atrás de sua subsistência e prioridades, o que reflete em um futuro Brasil mais envelhecido e despreparado.

(Fonte: UGT)

Fotos:

